

Produtos e modelos habilitados à fruição dos benefícios fiscais da Lei de Informática

Nome Fantasia:	POSITIVO INFORMÁTICA
Razão Social:	POSITIVO TECNOLOGIA S/A
CNPJ:	81.243.735/0009-03
Endereço:	Rua Rotary, 67 Cidade Nova Ilhéus / BA - 45652020
Contato:	HÉLIO BRUCK ROTENBERG diretoria_info@positivo.com.br (62)30956901 www.positivoinformatica.com.br
Produto:	Unidade de processamento digital de pequena capacidade, baseada em microprocessadores
Processo MCT/Data:	01200.005261/2003-83 de 27/11/2003
CNPJ da Incentivada:	81243735000903
Portaria MCT/MDIC/MF:	467, de 13/07/2005 DOU 15/07/2005 ()
Modelos:	POS-AT SERIES Q; POS-AT SERIES F; POS-AT SERIES J; POS SERVER 1000; POS SERVER 2000; CENTRAL EDUCACIONAL DIGITAL COMBO; CENTRAL EDUCACIONAL DIGITAL ALFABETO; CENTRAL EDUCACIONAL DIGITAL MULTIKID; CENTRAL EDUCACIONAL DIGITAL MY KID; CENTRAL EDUCACIONAL DIGITAL KID TOGETHER; CENTRAL EDUCACIONAL DIGITAL MULTIMUNDOS; POS SERVER 3000; POS SERVER 4000; POS SERVER 5000; POS SERVER 6000; POS-AT SERIES O; POS-AT SERIES T; POS-AT SERIES V; POSITIVO PCTV; POSITIVO PHONEPC; POSITIVO GAMEPC; POSITIVO PC FUTURA; POSITIVO E.PC; POSITIVO PLUS; PC PARA VOCê.(10-11-09: POSITIVO FÁCIL)(10-11-09: POSITIVO PC-OK)(10-11-09: FIRSTLINE)(10-11-09: POSITIVO PCTV DIGITAL)(30-04-12: DSK NEX L1 A L7000) (30-04-12: DSK NEX D1 A D5000) (30-04-12: DSK NEX I1 A I9999) (30-04-12: DSK SIM L1 A L7000) (30-04-12: DSK SIM D1000 A D7000) (30-04-12: DSK SIM I1 A I9999) (06-08-12: DSK SIM K1000 A K9999) (05-09-12: DSK SIM 1000I A 9999I) (14-06-13: POSITIVO MASTER D365) (14-06-13: POSITIVO MASTER D570) (14-06-13: POSITIVO MASTER D520) (14-06-13: POSITIVO MASTER D360)(04-04-14: DSK POSITIVO UNIQUE K1000 A K9999)(24-10-14: POSITIVO MASTER D580) (20-03-20: POSITIVO MASTER C610 MINIPRO) (20-03-20: DSK 2AM H1000) (20-03-20: POSITIVO MASTER C6200 MINIPRO) (20-03-20: POSITIVO MASTER C8200 MINIPRO) (20-03-20: POSITIVO MASTER C810 MINIPRO) (27-03-20: POSITIVO MASTER D8200) (27-03-20: POSITIVO MASTER D6200) (27-03-20: POSITIVO MASTER D3200) (27-03-20: POSITIVO MASTER D2200) (27-03-20: POSITIVO MASTER D1100) (27-03-20: DESKTOP 2AM) (27-03-20: DSK POSITIVO STILO DS) (27-03-20: DSK POSITIVO STILO C) (27-03-20: DSK POSITIVO STATION C) (27-03-20: POSITIVO MASTER C5300 MINIPRO) (27-03-20: POSITIVO MASTER C4300 MINIPRO) (27-03-20: POSITIVO MASTER D4300) (27-03-20: POSITIVO MASTER D5300) (20-04-20: DSK POSITIVO STATION C) (20-04-20: DSK POSITIVO STILO C) (20-04-20: DSK POSITIVO STILO DS) (20-04-20: POSITIVO MASTER C4300 MINIPRO) (20-04-20: POSITIVO MASTER C5300 MINIPRO) (20-04-20: POSITIVO MASTER D1100) (20-04-20: POSITIVO MASTER D2200) (20-04-20: POSITIVO MASTER D3200) (20-04-20: POSITIVO MASTER D4300) (20-04-20: POSITIVO MASTER D5300) (20-04-20: POSITIVO MASTER D8200) (17-06-20: POSITIVO MASTER D610) (19-11-20: POSITIVO MASTER C6300 MINIPRO) (19-11-20: POSITIVO MASTER C8300 MINIPRO) (19-11-20: POSITIVO MASTER C4400 MINIPRO)

(/SISEPIN/leideinformatica/empresasHabilitadas/pesquisarRelacaoEmpresasProdutosModelos?empresa=&cnpj=81243735000903&produto=Unidade de processamento digital de pequena capacidade, baseada em microprocessadores?pagina=1)

Voltar



Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir quaisquer das condições estabelecidas no Decreto nº 3.800, de 20 de abril de 2001.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO CAMPOS  
Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia

LUIZ FERNANDO FURLAN  
Ministro de Estado do Desenvolvimento,  
Indústria e Comércio Exterior

ANTONIO PALOCCI FILHO  
Ministro de Estado da Fazenda

**PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 463,  
DE 13 DE JULHO DE 2005**

Os Ministros de Estado da Ciência e Tecnologia, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Fazenda, no uso das atribuições que lhes confere o art. 2º do Decreto nº 3.800, de 20 de abril de 2001, e considerando o que consta no processo MCT nº 01200.002607/2004-72, de 17 de junho de 2004, resolvem:

Art.1º Habilitar a empresa Unicoba Indústria e Comércio Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob nº 01.491.301/0001-28, à fruição dos benefícios fiscais referidos no art. 1º do Decreto nº 3.800, de 20 de abril de 2001, quando da fabricação dos seguintes bens:

- Modem; e
- Gabinete para unidade digital de processamento de pequeno porte, com ou sem módulo display numérico e fonte de alimentação incorporada ou ambos.

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização do bem relacionado neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não inicie a execução do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento por ela proposto, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da edição desta Portaria.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização do bem relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos do produto relacionados na nota fiscal devem constar do processo de habilitação MCT nº 01200.002607/2004-72, de 17 de junho de 2004.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir quaisquer das condições estabelecidas no Decreto nº 3.800, de 20 de abril de 2001.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO CAMPOS  
Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia

LUIZ FERNANDO FURLAN  
Ministro de Estado do Desenvolvimento,  
Indústria e Comércio Exterior

ANTONIO PALOCCI FILHO  
Ministro de Estado da Fazenda

**PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 464,  
DE 13 DE JULHO DE 2005**

Os Ministros de Estado da Ciência e Tecnologia, do Desenvolvimento, Indústria E Comércio Exterior E Da Fazenda, no uso das atribuições que lhes confere o art. 2º do Decreto nº 3.800, de 20 de abril de 2001, e considerando o que consta no processo MCT nº 01200.004511/2003-68, de 16 de outubro de 2003, resolvem:

Art.1º Habilitar a empresa TEX-ON Sistemas e Tecnologia de Informação Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob nº 05.644.246/0001-10, à fruição dos benefícios fiscais referidos no art. 1º do Decreto nº 3.800, de 20 de abril de 2001, quando da fabricação do seguinte bem:

- Unidade de processamento digital, de pequena capacidade, baseada em microprocessadores.

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não inicie a execução do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento por ela proposto, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da edição desta Portaria.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização do bem relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos do produto relacionado na nota fiscal devem constar do processo de habilitação MCT nº 01200.004511/2003-68, de 16 de outubro de 2003.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir quaisquer das condições estabelecidas no Decreto nº 3.800, de 20 de abril de 2001.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO CAMPOS  
Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia

LUIZ FERNANDO FURLAN  
Ministro de Estado do Desenvolvimento,  
Indústria e Comércio Exterior

ANTONIO PALOCCI FILHO  
Ministro de Estado da Fazenda

**PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 465,  
DE 13 DE JULHO DE 2005**

Os Ministros de Estado da Ciência e Tecnologia, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Fazenda, no uso das atribuições que lhes confere o art. 2º do Decreto nº 3.800, de 20 de abril de 2001, e considerando o que consta no processo MCT nº 01200.000618/2004, de 27 de fevereiro de 2004, resolvem:

Art.1º Habilitar a empresa WEG INDÚSTRIAS S.A., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob nº 79.670.501/0003-05, à fruição dos benefícios fiscais referidos no art. 1º do Decreto nº 3.800/2001, quando da fabricação dos seguintes bens:

- Circuito impresso com componentes elétricos ou eletrônicos, montados, para conversor eletrônico de frequência;
- Circuito impresso com componentes elétricos ou eletrônicos, montados, para conversor de corrente contínua;
- Circuito impresso com componentes elétricos ou eletrônicos, montados, para regulador automático de tensão para acionamento de motores elétricos; e
- Circuito impresso com componentes elétricos ou eletrônicos, montados, para aparelho para regulação e controle de motores elétricos - Servoconversores.

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem os bens mencionados neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 358, de 25 de maio de 2002.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização dos bens relacionados no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos dos produtos relacionados na nota fiscal devem constar do processo de habilitação MCT nº 01200.000618/2004, de 27 de fevereiro de 2004.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir quaisquer das condições estabelecidas no Decreto nº 3.800, de 20 de abril de 2001.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO CAMPOS  
Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia

LUIZ FERNANDO FURLAN  
Ministro de Estado do Desenvolvimento,  
Indústria e Comércio Exterior

ANTONIO PALOCCI FILHO  
Ministro de Estado da Fazenda

**PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 466,  
DE 13 DE JULHO DE 2005**

Os Ministros de Estado da Ciência e Tecnologia, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Fazenda, no uso das atribuições que lhes confere o art. 2º do Decreto nº 3.800, de 20 de abril de 2001, e considerando o que consta no processo MCT nº 01200.004595/2003-30, de 21 de outubro de 2003, resolvem:

Art.1º Habilitar a empresa CDI Brasil Industrial Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob nº 02.775.640/0001-07, à fruição dos benefícios fiscais referidos no art. 1º do Decreto nº 3.800/2001, quando da fabricação dos seguintes bens:

- Circuito impresso com componentes elétricos ou eletrônicos, montados, do tipo placa-mãe ("motherboard");
- Circuito impresso com componentes elétricos ou eletrônicos, montados, do tipo placa de som;
- Circuito impresso com componentes elétricos ou eletrônicos, montados, do tipo controladora de rede;
- Circuito impresso com componentes elétricos ou eletrônicos, montados, do tipo fax-modem; e
- Circuito impresso com componentes elétricos ou eletrônicos, montados, do tipo controladora de vídeo.

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, como acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem os bens mencionados neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 787, de 13 de dezembro de 2001.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização dos bens relacionados no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos dos produtos relacionados na nota fiscal devem constar do processo de habilitação MCT nº 01200.004595/2003-30, de 21 de outubro de 2003.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir quaisquer das condições estabelecidas no Decreto nº 3.800, de 20 de abril de 2001.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO CAMPOS  
Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia

LUIZ FERNANDO FURLAN  
Ministro de Estado do Desenvolvimento,  
Indústria e Comércio Exterior

ANTONIO PALOCCI FILHO  
Ministro de Estado da Fazenda

**PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 467,  
DE 13 DE JULHO DE 2005**

Os Ministros de Estado da Ciência e Tecnologia, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Fazenda, no uso das atribuições que lhes confere o art. 2º do Decreto nº 3.800, de 20 de abril de 2001, e considerando o que consta no processo de proposta de projeto MCT nº 01200.005261/2003-83, de 27/11/2003, resolvem:

Art.1º Habilitar a empresa Positivo Informática Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob nº 81.243.735/0009-03, à fruição dos benefícios fiscais referidos no art. 1º do Decreto nº 3.800, de 20 de abril de 2001, quando da fabricação dos seguintes bens:

- Unidade de processamento digital, de pequena capacidade, baseada em microprocessador;
- Microcomputador portátil, de peso inferior a 3,5 kg; e
- Microcomputador portátil.

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, como acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem os bens mencionados neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não inicie a execução do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento por ela proposto, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da edição desta Portaria.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização dos bens relacionados no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos dos produtos relacionados na nota fiscal devem constar do processo de habilitação MCT nº 01200.005261/2003-83, de 27/11/2003.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir quaisquer das condições estabelecidas no Decreto nº 3.800, de 20 de abril de 2001.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO CAMPOS  
Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia

LUIZ FERNANDO FURLAN  
Ministro de Estado do Desenvolvimento,  
Indústria e Comércio Exterior

ANTONIO PALOCCI FILHO  
Ministro de Estado da Fazenda

**PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 468,  
DE 13 DE JULHO DE 2005**

Os Ministros de Estado da Ciência e Tecnologia, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Fazenda, no uso das atribuições que lhes confere o art. 2º do Decreto nº 3.800, de 20 de abril de 2001, e considerando o que consta no processo MCT nº 01200.002044/2004-12, de 17 de maio de 2004, resolvem:

Art.1º Habilitar a empresa Nansen S.A. - Instrumentos de Precisão, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob nº 17.155.276/0001-41, à fruição dos benefícios fiscais referidos no art. 1º do Decreto nº 3.800, de 20 de abril de 2001, quando da fabricação dos seguintes bens:

- a) Medidor de grandezas elétricas em meios isolantes, com capacidade de tensão de saída de 12kV;
- b) Aparelho portátil, baseado em microprocessador, para aferição de contadores de eletricidade;
- c) Medidor de grandezas elétricas em meios isolantes;
- d) Aparelho transmissor para comunicação com contadores de eletricidade;
- e) Contador de eletricidade monofásico, digital;
- f) Ohmímetro digital, portátil, com capacidade de medição até 200 Ohms; e
- g) Aparelho, baseado em microprocessador, para aferição de contadores de eletricidade.

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem os bens mencionados neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 96/2002, de 15 de fevereiro de 2002.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização dos bens relacionados no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos dos produtos relacionados na notas fiscais devem constar do processo de habilitação MCT nº 01200.002044/2004-12, de 17 de maio de 2004.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir quaisquer das condições estabelecidas no Decreto nº 3.800, de 20 de abril de 2001.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO CAMPOS  
Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia

LUIZ FERNANDO FURLAN  
Ministro de Estado do Desenvolvimento,  
Indústria e Comércio Exterior

ANTONIO PALOCCI FILHO  
Ministro de Estado da Fazenda

**PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 469,  
DE 13 DE JULHO DE 2005**

Os Ministros de Estado da Ciência e Tecnologia, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Fazenda, no uso das atribuições que lhes confere o art. 2º do Decreto nº 3.800, de 20 de abril de 2001, e considerando o que consta no processo MCT nº 01200.005460/2004-72, de 21 de outubro de 2004, resolvem:

Art.1º Habilitar a empresa FTD Comunicação de Dados Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob nº 57.061.806/0001-07, à fruição dos benefícios fiscais referidos no art. 1º do Decreto nº 3.800/2001, quando da fabricação do seguinte bem:

- a) Roteador digital, com velocidade de interface serial de pelo menos 4 Mbits/s, próprio para interconexão de redes locais com protocolos distintos.

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização do bem relacionado neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não inicie a execução do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento por ela proposto, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da edição desta Portaria.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização do bem relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos do produto relacionados na nota fiscal devem constar do processo de habilitação MCT nº 01200.005460/2004-72, de 21 de outubro de 2004.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no Decreto nº 3.800, de 2001.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO CAMPOS  
Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia

LUIZ FERNANDO FURLAN  
Ministro de Estado do Desenvolvimento,  
Indústria e Comércio Exterior

ANTONIO PALOCCI FILHO  
Ministro de Estado da Fazenda

**PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 470,  
DE 13 DE JULHO DE 2005**

Os Ministros de Estado da Ciência e Tecnologia, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Fazenda, no uso das atribuições que lhes confere o art. 2º do Decreto nº 3.800, de 20 de abril de 2001, e considerando o que consta no processo MCT nº 01200.005061/2004-10, de 07 de outubro de 2004, resolvem:

Art.1º Habilitar a empresa Itautech Philco S.A. - Grupo Itautech Philco, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 54.526.082/0004-84, à fruição dos benefícios fiscais referidos no art. 1º do Decreto nº 3.800/2001, quando da fabricação dos seguintes bens:

- Indicador ou apontador ("mouse"); e
- Mecanismo impressor para impressora térmica.

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem os bens mencionados neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 840, de 14 de dezembro de 2001.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização dos bens relacionados no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos dos produtos relacionados na nota fiscal devem constar do processo de habilitação MCT nº 01200.005061/2004-10, de 7 de outubro de 2004.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir quaisquer das condições estabelecidas no Decreto nº 3.800, de 20 de abril de 2001.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO CAMPOS  
Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia

LUIZ FERNANDO FURLAN  
Ministro de Estado do Desenvolvimento,  
Indústria e Comércio Exterior

ANTONIO PALOCCI FILHO  
Ministro de Estado da Fazenda

**PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 471,  
DE 13 DE JULHO DE 2005**

Os Ministros de Estado da Ciência e Tecnologia, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Fazenda, no uso das atribuições que lhes confere o art. 2º do Decreto nº 3.800, de 20 de abril de 2001, e considerando o que consta no processo MCT nº 01200.007146/2002, de 23 de dezembro de 2002, resolvem:

Art.1º Habilitar a empresa Empresa 1 Sistemas de Automação e Comércio Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob nº 01.862.295/0001-78, à fruição dos benefícios fiscais referidos no art. 1º do Decreto nº 3.800/2001, quando da fabricação dos seguintes bens:

- a) Aparelho para leitura de cartão inteligente e validação de dados; e
- b) Aparelho transceptor para conversão entre sinal elétrico e infravermelho.

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem os bens mencionados neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam assegurados a manutenção e utilização do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não inicie a execução do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento por ela proposto, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da edição desta Portaria.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização dos bens relacionados no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos dos produtos relacionados na nota fiscal devem constar do processo de habilitação MCT nº 01200.007146/2002, de 23 de dezembro de 2002.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no Decreto nº 3.800, de 2001.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO CAMPOS  
Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia

LUIZ FERNANDO FURLAN  
Ministro de Estado do Desenvolvimento,  
Indústria e Comércio Exterior

ANTONIO PALOCCI FILHO  
Ministro de Estado da Fazenda

**PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 472,  
DE 14 DE JULHO DE 2005**

Os Ministros de Estado da Ciência e Tecnologia, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Fazenda, no uso das atribuições que lhes confere o art. 2º do Decreto nº 3.800, de 20 de abril de 2001, e considerando o que consta no processo MCT nº 01200.003940/2004-07, de 12 de agosto de 2004, resolvem:

Art.1º Habilitar a empresa WJunior Tecnologia da Informação Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob nº 05.336.370/0001-18, à fruição dos benefícios fiscais referidos no art. 1º do Decreto nº 3.800, de 20 de abril de 2001, quando da fabricação do seguinte bem:

- a) Unidade de processamento digital de pequena capacidade, baseada em microprocessadores.

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem os bens mencionados neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não inicie a execução do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento por ela proposto, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da edição desta Portaria.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização dos bens relacionados no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos do produto relacionado na nota fiscal devem constar do processo de habilitação MCT nº 01200.003940/2004-07, de 12 de agosto de 2004.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir quaisquer das condições estabelecidas no Decreto nº 3.800, de 20 de abril de 2001.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO CAMPOS  
Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia

LUIZ FERNANDO FURLAN  
Ministro de Estado do Desenvolvimento,  
Indústria e Comércio Exterior

ANTONIO PALOCCI FILHO  
Ministro de Estado da Fazenda

**PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 473,  
DE 14 DE JULHO DE 2005**

Os Ministros de Estado da Ciência e Tecnologia, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Fazenda, no uso das atribuições que lhes confere o art. 2º do Decreto nº 3.800, de 20 de abril de 2001, e considerando o que consta no processo MCT nº 01200.003331/2004-40, de 13 de julho de 2004, resolvem: